

## COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PIRACICABA

1 Dia: 18 de novembro de 2009.  
2 Horário: A partir das 09 horas e 30 minutos.  
3 Reunião: 4ª Reunião Extraordinária.  
4 Local: Auditório da Amepe e Sede do CBH Piracicaba, situado à Rua Santa Lúcia,  
5 291 – Bairro Aclimação – João Monlevade / MG, a qual foi convocada com  
6 antecedência de 10 dias, sob a presidência do Sr. Luiz Antônio dos Santos que  
7 acolhendo a todos iniciou a reunião que registrou o quorum de 17 membros titulares  
8 e 04 suplentes. O primeiro secretário, Rômulo Corgosinho fez a leitura da pauta, que  
9 à pedido do representante da Usiminas, Pedro Luís Pereira Ribeiro que não poderia  
10 permanecer até o final da reunião, com a anuência dos presentes, foi invertida,  
11 discutindo-se primeiramente a Proposta do Convênio de Integração da Bacia  
12 Hidrográfica do Rio Doce "Pacto das Águas". Com a palavra, Ney Albert Murtha,  
13 especialista em Recursos Hídricos da Agência Nacional de Águas – ANA:  
14 Apresentou-se e informou que a ANA desde 2004, possui um escritório em  
15 Governador Valadares, que a princípio tinha a função de estear o Comitê da Bacia  
16 Hidrográfica do Rio Doce, mas recentemente a unidade também está priorizando a  
17 gestão de recursos hídricos, apoiando os comitês de bacia estaduais do doce na  
18 implementação dos instrumentos de gestão. Falou sobre a importância dos  
19 instrumentos de gestão para a bacia e para os comitês, como o Plano Diretor que  
20 está sendo concluído, tendo como produto um Plano Integrado de Recursos Hídricos  
21 da Bacia do Rio Doce. A seguir, o especialista iniciou a apresentação da Proposta do  
22 Convênio de Integração, e relatou que este assunto foi tratado com a diretoria dos  
23 CBHs estaduais, no dia 15 de outubro, em Belo Horizonte, com a presença dos  
24 Secretários de Estado de Meio Ambiente e Recursos Hídricos de Minas Gerais e  
25 Espírito Santo - além dos representantes dos Órgãos Gestores de Recursos hídricos  
26 – Instituto Mineiro de Gestão das Águas - IGAM, Instituto Estadual de Meio Ambiente  
27 -IEMA e Agência Nacional de Águas - ANA. Na ocasião, os dirigentes dos comitês  
28 manifestaram que o convênio deveria ser demonstrado a todos os conselheiros o  
29 que foi feito em todos os 10 (dez) comitês de bacias afluentes do rio doce juntamente  
30 com a reunião pública para apreciação do Plano Integrado de Recursos Hídricos.  
31 Com o encerramento dessas reuniões o presidente do CBH Doce, Leonardo  
32 Deptulski convidou todos os 10 (dez) presidentes dos CBHs de Rios Afluentes, para  
33 no dia 19 de novembro, analisar o documento de celebração do Convênio. Ney  
34 discorreu sobre os três eixos de ação, o arranjo institucional, a regulação e a  
35 execução do plano de recursos hídricos. Ao mesmo tempo falou sobre a agência  
36 única e as atribuições do CBH Doce e dos CBH's de afluentes no "Pacto das Águas".  
37 Rômulo questionou se a diferença entre as diretrizes e os sistemas tributários entre  
38 Minas e Espírito Santo não poderia causar dificuldades jurídicas e institucionais. Ney  
39 disse que o Espírito Santo terá que adequar a sua legislação e que se a agência for  
40 delegatária, ANA, IEMA e IGAM irão efetuar a cobrança, mas, se for através de  
41 consórcio público, os órgãos gestores transferem as responsabilidades de cobrança  
42 e outorga ao consórcio. Rômulo comentou que diante das dimensões territoriais e às  
43 possíveis dificuldades, a agência única não seria adequada. Ney Murtha apontou que  
44 as bacias do doce não possuem viabilidade econômica para que cada uma  
45 mantenha sua própria agência de cobrança e também, o processo de implantação da  
46 agência única deverá ser democrático e participativo. Disse que a proposta  
47 contempla o escritório central em Governador Valadares e dois pontos de apoio  
48 avançados na bacia, um em Colatina e outro João Monlevade ou Ipatinga, que



## COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PIRACICABA

49 segundo o especialista, seria essencial devido ao desenvolvimento e organização da  
50 bacia do rio piracicaba. José Estevam da Silva, representante da Prefeitura de  
51 Itabira, indagou sobre a opinião, das Agências da Bacia do Rio Paraíba do Sul -  
52 Agevap e dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá - PCJ com relação ao modelo da  
53 agência única. Em resposta, Ney informou que os representantes da Agevap e PCJ  
54 estiveram presentes na 1ª Oficina sobre Agência e Cobrança para relatar as suas  
55 experiências e foi possível constatar, que ambos tem dificuldades operacionais.  
56 Referente à cobrança, mencionou que as taxas das agências citadas foram definidas  
57 em 2002, e esta questão tem que ser amplamente discutida no caso da bacia do  
58 doce. Paulo Ramon Daniel, representante do Sindipri, quis saber se já existe  
59 instalada em algum lugar este modelo de agência única. O especialista notificou que  
60 esta será uma experiência inovadora e fundamenta-se na necessidade de integração  
61 da bacia do doce, na eficiência que trará e por ser confirmada sua sustentabilidade.  
62 Para a representante da Secretaria Regional de Ensino, Rosely Bueno Simões, o  
63 CBH Piracicaba teria condições de constituir sua própria agência e fornecer suporte  
64 aos demais comitês afluentes. Ney falou que esta era a proposta original, porém o  
65 comitê do doce verificou a precisão de integrar os comitês estaduais e acrescentou  
66 ainda, que na agência única, o piracicaba terá garantia como se tivesse sua própria  
67 agência. José Estevam ressaltou que os comitês estaduais poderiam perder suas  
68 prerrogativas em decidir a distribuição dos valores da cobrança e se submeterem às  
69 decisões da plenária integrada do doce. O especialista ilustrou que a maior  
70 arrecadação é no rio doce e para aplicação dos recursos é necessário priorizar as  
71 demandas da bacia. O representante da Prefeitura de Itabira ainda questionou  
72 porque a Agência Nacional de Águas não disponibiliza para os comitês os 0,75% da  
73 cobrança do sistema elétrico. E Ney explicou que este valor já retorna através, por  
74 exemplo, do Fundo de Recuperação, Proteção e Desenvolvimento Sustentável das  
75 Bacias Hidrográficas do Estado de Minas Gerais - FHIDRO e no apoio logístico ao  
76 CBH Doce, mas salientou que esta questão poderá no futuro ser negociada  
77 diretamente com a ANA. Luiz Cláudio de Castro Figueiredo, representante da Vale e  
78 o primeiro secretário frisaram a importância de direcionar o assunto da reunião, a fim  
79 de subsidiar a diretoria do CBH Piracicaba na assinatura o convênio de integração.  
80 Dando prosseguimento, Ney apresentou o Plano de Metas sugerido através do  
81 convênio. Dartson da Piedade Fonseca, representante do Saae-Itabira demonstrou  
82 sua preocupação com os prazos estipulados pelo Plano de Metas e o presidente  
83 destacou que haverá empenho para cumprir as metas. Na ocasião, Rômulo  
84 Corgosinho lembrou que o CBH Piracicaba está implantando os instrumentos de  
85 gestão e recomendou a elaboração de um documento assegurando que retornem  
86 para a bacia do piracicaba os recursos arrecadados pela cobrança na bacia do  
87 Piracicaba e que a condição para nossa anuência ao convênio é que seja instalado  
88 em João Monlevade, um ponto de apoio da agência única. A seguir, foram feitos os  
89 seguintes levantamentos pela plenária: José Estevam reforçou a relevância de  
90 negociar os 0,75% da cobrança do sistema elétrico para a bacia; Odilon Machado  
91 Neto, representante da Arcelor Mittal defendeu a necessidade de definir se o  
92 presidente teria ou não autorização para assinar o convênio de integração e  
93 perguntou a Ney Murtha qual seria o procedimento adotado se alguns dos comitês  
94 afluentes não aprovassem o convênio; concordando com a fala de Odilon Machado,  
95 Luiz Cláudio complementou que este assunto é prioritário para a bacia, porém em  
96 sua opinião, o convênio de integração deveria ser firmado pela ANA, IEMA e IGAM,





## COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PIRACICABA

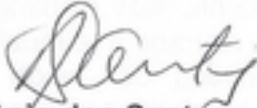
97 uma vez que o comitê é um órgão colegiado e não pode assumir metas e prazos,  
98 falou também da importância de promover um debate maior sobre a agência de  
99 cobrança e opôs-se à elaboração de condicionantes para a assinatura do convênio;  
100 Para Polynice Rabello Mourão Júnior, representante da FEAM, a agência única é um  
101 modelo favorável, já que posteriormente seria difícil comprovar que a bacia do  
102 Piracicaba possui sustentabilidade para manter sua própria agência; Luiz Fernando  
103 de Freitas Ribeiro solicitou maiores informações a propósito da estrutura dos pontos  
104 de apoio; Lusifith Chafith Felipe, representante da APPEP disse que a mobilização é  
105 essencial e propôs colocar um prazo maior para discutir a agência; José Eduardo  
106 dos Passos Guerra, representante do Instituto Pró Rio Doce, sugeriu até a realização  
107 de uma oficina sobre o assunto; Paulo Ramon apoiou e manifestou que o comitê tem  
108 que promover o direito democrático. Finalizada as colocações, Ney Murtha fez os  
109 seguintes comentários: toda negociação tem que ser baseada em garantias, e isto,  
110 está sendo considerado na proposta da agência única. Referente à aplicação do  
111 valor do sistema elétrico, informou que 45% são destinados aos municípios, 45%  
112 para o estado e o restante para a união, e isto poderá ser discutido futuramente. E  
113 citou que a assinatura do convênio está agendada para o dia 03 de dezembro, em  
114 Governador Valadares, onde ocorrerá a primeira reunião conjunta dos comitês com  
115 atuação na bacia hidrográfica do rio doce, cujo tema principal será a aprovação do  
116 Plano Integrado de Recursos Hídricos. E o presidente só assinará se as plenárias  
117 dos comitês afluentes houverem delegado poderes para tal. Paulo Ramon  
118 questionou quais seriam as conseqüências, caso o CBH Piracicaba não firmasse o  
119 convênio. Ney respondeu que ao assinar, o comitê se comprometerá a cumprir o  
120 plano de metas proposto, que inclusive poderá sofrer alterações de acordo com as  
121 demandas. O especialista ainda frisou que além de construir a agência de cobrança  
122 o convênio possibilitará a implementação do comitê de integrado da bacia do doce.  
123 Rômulo Corgosinho relatou como se iniciou o processo de construção do plano  
124 diretor da bacia e destacou que é o momento de avançar para a instalação da  
125 agência, apesar dos usuários pensarem diferente. Odilon Machado rebateu dizendo  
126 que os usuários estão preparados para a cobrança, e o foco do debate é o modelo  
127 da agência e o sistema de cobrança a serem escolhidos. Luiz Cláudio complementou  
128 que os usuários acompanham frequentemente as reuniões dos comitês, a  
129 discordância parte do princípio de que a proposta da agência já está vindo pronta e  
130 se faz necessário, discutir melhor esta questão. Enfatizou também, que a negação  
131 em aderir ao convênio, não implicará na exclusão do comitê nas ações. Rômulo  
132 Corgosinho defendeu-se justificando que o objetivo de sua fala, não foi polemizar.  
133 Lusifith Chafith reforçou a necessidade de mais tempo para debater este assunto. Na  
134 opinião de José Estevam o documento poderia ter o título de protocolo de intenção  
135 ao invés de convênio de integração. E Rosely Bueno concordou. Mas a seguir  
136 retificou que o título deveria realmente ser convênio de integração, porque envolve o  
137 Governo do Estado. Rômulo ressaltou que como está em andamento a eleição para  
138 um novo mandato do comitê, não seria prudente a prorrogação desta decisão, uma  
139 vez que os conselheiros novatos tem que ser informados sobre os trabalhos do  
140 comitê, o que demanda certo tempo. E ainda sugeriu que devido à falta de quorum, o  
141 convênio de integração poderia ser aprovado *ad referendum*. Odilon Machado  
142 orientou que a plenária poderia ser consultada inicialmente, se este assunto seria  
143 deliberado *ad referendum* e em segundo lugar pela assinatura ou não do convênio. A  
144 plenária concordou com a proposta e em seguida, partiu-se para a votação. Sendo






## COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PIRACICABA

145 que a primeira proposta contou com: 01 abstenção, 01 voto contra e 19 votos a favor  
146 e a segunda com: 05 votos contra e 16 votos a favor. José Estevam destacou que  
147 com o consentimento em assinar o convênio *ad referendum*, tal gesto não poderia  
148 ser desfeito logo após, portanto solicitou ao presidente que conceda à plenária o  
149 direito de acompanhar e se informar sobre a execução do plano de metas. Ao final,  
150 Rômulo Corgosinho propôs preparar uma carta de recomendações citando o que se  
151 espera e as garantias deste convênio e complementou que consta no documento o  
152 desligamento dos seus signatários. **Seguindo a pauta do dia, Luiz Cláudio –**  
153 **Presidente da Câmara Técnica Institucional e Legal:** Expôs a importância de se  
154 adequar o regimento interno do CBH Piracicaba de acordo com Deliberação  
155 Normativa 30, de 26 de agosto de 2009, do Conselho Estadual de Recursos  
156 Hídricos, uma vez que o IGAM determinou até dezembro de 2009 para a atualização  
157 e a DN estabelece diretrizes para a formação e funcionamento de Comitês de Bacia  
158 Hidrográfica, implicando assim, em mudanças inclusive no processo eleitoral do  
159 Comitê. Então, o presidente da Câmara fez uma leitura da DN 30, indicando as  
160 modificações necessárias no regimento interno aprovado na 38ª Reunião Ordinária.  
161 Após as considerações da plenária, como não havia quorum para mais esta  
162 deliberação, Rômulo Corgosinho sugeriu que a proposta de alteração aprovada  
163 anteriormente fosse mantida e as adequações expostas fossem encaminhadas para  
164 avaliação da Assessoria Jurídica do IGAM, devido ao prazo estipulado. E  
165 complementou que este assunto poderia ser apreciado na próxima reunião. Este  
166 procedimento teve apoio dos conselheiros presentes. **Nos assuntos gerais:** Os  
167 representantes do Comitê no XI Encontro Nacional de Comitês de Bacias  
168 Hidrográficas, que ocorreu em Uberlândia, de 09 a 13 de novembro: Paulo Gomes  
169 Ferreira - Funcec, José Estevam e José Eduardo, relataram que o evento contou  
170 com organização e bons mini-cursos e exposições. Paulo Gomes informou que na  
171 ocasião, o Secretário de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável  
172 de Minas Gerais, anunciou que 7,5% do valor anual do FHIDRO será dividido entre  
173 os comitês estaduais e o recurso será liberado mediante a apresentação de um  
174 Plano de Trabalho. O representante da Funcec destacou também, que o próximo  
175 Encob será realizado em Fortaleza e que Lupércio Ziroldo continua como  
176 coordenador e como vice foi eleito o presidente do Fórum Mineiro de Comitês, Mário  
177 Dantas. **Dando prosseguimento, José Estevam:** Foi indicado pelo CBH Piracicaba,  
178 para participar da segunda Oficina promovida pelo CBH Doce, para implementação  
179 da Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos e Agência de Água na bacia do rio  
180 Doce, nos dias 24 e 25 de novembro, em Ipatinga. **O representante da Prefeitura**  
181 **de Itabira, Rodrigo Camillo Martins da Costa:** Confirmou o seminário e reunião  
182 ordinária, para os dias 24 e 25 de fevereiro, em Itabira. Finalizando o presidente  
183 agradeceu a presença de todos. Nada mais havendo a tratar, eu Rômulo Corgosinho  
184 lavrei a presente ata que após lida e aprovada, será assinada por mim e pelo  
185 Presidente.

186  
187  
188  
  
Luiz Antônio dos Santos  
Presidente – PMSGRA

  
Rômulo Ramos Corgosinho  
1º Secretário – APPEP